

ATA DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA SETE DE FEVEREIRO DE 2013, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC.

---

HORÁRIO: 08h40min. QUORUM DE ABERTURA: Constatada a presença dos conselheiros (as); Severina Alda de Aguiar (representatividade da sociedade civil organizada - NAS), André Cota Andrade (representatividade da sociedade civil organizada - Representante dos Psicólogos), Clarice José Pires (representatividade da sociedade civil organizada - APAE), Gilmar Lima (representatividade do Governo - SEMDESC), Lucidalva Barreto dos Santos (representatividade da sociedade civil organizada - NAS), Maria Rosália Alves Fonseca (representatividade da sociedade civil organizada - Ass. da Mulher Trabalhadora), Maria Geralda Araújo (representatividade do governo - Fazenda) Neuzira Cardoso Ottoni (representatividade da sociedade civil organizada - Representante dos Psicólogos), Valdir Pereira da Silva (representatividade do Governo - SEMDESC. Como convidado, Padre Geraldo Simonides de Oliveira e Silva - representante da Cáritas Dionesana). Presente também, eu, Thaís P. Souza da Costa - Técnica da SEMDESC e Conselhos ligados a Área Social, que lavrará essa ata. Iniciando a reunião, a presidente Neuzira, agradeceu a presença de todos e solicitou que todos os conselheiros se apresentassem, em virtude dessa ser a primeira reunião do ano de dois mil e treze, tendo assim, sido indicados novos conselheiros representantes do governo municipal, assim, dando boas vindas aos novos conselheiros, seguiu-se a primeira pauta do dia "*Apresentação dos últimos relatórios de visita - Instituições APAE, Projeto Unáí Sem Drogas e Cras Pólo 3*". Dessa forma, os conselheiros André e Maria Rosália, leram o relatório de visita realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Unáí-MG. Após a leitura, mencionaram que o trabalho observado é condizente com a proposta elaborada pela APAE, porém que sentem que a demanda atendida pela APAE (atendimento a pessoas com deficiência intelectual) está sendo direcionada exclusivamente a essa entidade, não tendo os outros equipamentos da rede, condições reais para atender tal demanda. Alda perguntou se os conselheiros entendem que o trabalho realizado está condizente com a política de assistência social. André disse que entende que essa questão já foi discutida

anteriormente e que este CMAS concluiu que a entidade presta de fato trabalho socioassistencial, sendo assim considerada. Lucidalva refletiu que o objetivo das visitas é entender se as instituições públicas e privadas de fato estão ofertando trabalho condizente com a política de assistência social e que cabe ao CMAS, através do acompanhamento e fiscalização, monitorar tais serviços. André conclui dizendo que observa e identifica a execução do trabalho socioassistencial à pessoas com deficiência realizado pela APAE, mas que acredita que as unidades públicas (Cras's e Creas) devem se especializar para atenderam essa demanda. Clarice disse que a APAE tem buscado atender todas as demandas que chegam até a instituição, oferecendo contra referencia aos encaminhamentos que ali chegam. Dessa forma, como pontos relevantes levantou-se a necessidade de capacitação continuada aos trabalhadores do SUAS e também um trabalho de conscientização e incentivo para que os mesmos possam participar e concluir as capacitações. Seguindo, Alda e Maria Rosália leram o relatório de visita realizado no Cras Pólo 3. Frente conclusões da visita realizada, as conselheiras observaram que o espaço físico da unidade é inadequado frente a NOB-SUAS-RH, que os serviços de convivência ofertado não condiz com a proposta do SUAS (oficinas no espaço do Cras) e que há fragilidades nas ações como um todo, para que o equipamento se torne, de fato, referencia as famílias da sua área de abrangência. Neuzira esclareceu que a realidade atual se difere de quando a comissão realizou a visita, informando que o Cras possui atualmente duas pedagogas cedidas da Secretaria Municipal de Educação, mas que há duas agentes sociais em desvio de função em virtude da falta de outros profissionais. Quanto a referencia do Cras as famílias, Neuzira disse acreditar que já está mais fortalecida, mas que ainda há oficinas dentro do espaço do Cras, sendo essa uma das maiores procuras da população. Neuzira disse ainda, que há a necessidade de equipamentos próprios para uma melhor efetivação do trabalho, como um carro. Em conclusão observou-se a necessidade da melhoria de infraestrutura aos equipamentos públicos, como espaço físico, transporte próprio, RH e de planejamento das ações adequado a preconização do SUAS. O gestor da política de assistência social e conselheiro Gilmar, disse, que essas questões são de conhecimento da atual gestão pública e que já há negociações para alocar novo espaço ao Cras. Alda disse que em

virtude da continuidade do serviço e da importância de referência local, considera ser necessário que estes equipamentos tenham sede própria. Gilmar disse que essa é uma questão a ser revista, mas a médio prazo. Disse ainda, que considera ser importante as questões levantadas, mas observa que o que é de fácil discussão entre gestores, como o repasse das oficinas à cultura e esporte e lazer poderá ser de forma tranquila, mas que há dificuldades em discutir outras questões que não são apreciadas em outras políticas públicas, como a questão da dependência química, que perpassa a saúde e a assistência social. Terminando, Alda e Maria Rosália leram o último relatório de visita, realizado no Projeto Unai Sem Drogas. As conselheiras concluíram que o Projeto tem desenvolvido ações típicas da política de saúde - tratamento - não tendo a assistência social desenvolvido seu papel frente a questão - acompanhamento da família e fortalecimento dos vínculos fragilizados. André disse que não considera efetivo o trabalho do Projeto, uma vez que este estava direcionado apenas a um olhar de uma única pessoa e as internações em Comunidades Terapêuticas não perpassavam por uma avaliação técnica e clínica, devendo esse trabalho estar voltado para o CAPS - AD (Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas). Alda disse que o município precisa repensar a questão da dependência química, porque até o momento o assunto tem sido tratado de forma irresponsável. Neuzira expôs que a Assistência Social precisa se fortalecer na prevenção e no atendimento a pessoa e família no pós tratamento. André disse que o conselho precisa ser objetivo e se posicionar contra a questão do tratamento na assistência social. Lucidalva disse pensar que o assunto deve ser discutido entre as autoridades responsáveis e entidades de atendimento, uma vez que não se pode apenas dizer não a questão, mas fazer com que a pessoa tenha um atendimento adequado a sua demanda, seja ela na saúde ou assistência social. Com o direito de voz, o convidado Padre Simonides, enquanto coordenador de Comunidade Terapêutica, disse que pensa ser importante a discussão até porque a demanda tem crescido no município e que o tratamento perpassa a alta complexidade. André reflete sobre a questão da dificuldade dos profissionais do SUAS receberem demanda da saúde, uma vez que ele enquanto psicólogo do Creas não pode realizar tratamento clínico na unidade, devendo se voltar ao atendimento psicossocial, mas que uma vez cedida a situação, o Creas poderá se tornar um centro

terapêutico e não socioassistencial. Diante as discussões apontou-se para urgência da necessidade de se promover uma discussão entre gestores municipais sobre o assunto da dependência química. Seguindo a pauta, *"Exposição das análises realizadas, em janeiro/2013, pela Comissão Temporária, no novo PAS da PCH Unaí-Baixo"* , Neuzira esclareceu aos novos conselheiros sobre o assunto, explicando do que se trata o Plano de Assistência Social - PAS e o histórico desse PAS junto a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Unaí Baixo. Neuzira disse que a comissão analisou alguns pontos do novo Plano que deverá apontar seu compromisso com as áreas atingidas, mais próximas ao empreendimento, sendo elas: Bairro Mamoeiro e Santa Clara. Lucidalva aponta para o fato do PAS estar com algumas informações desatualizadas (quanto a saúde, assistência e educação e das famílias que foram atingidas pelo empreendimento), nesse sentido, ressalta que os relatórios técnicos deverão ser suprimidos do PAS uma vez que trata de informações sigilosas e o PAS deverá ser amplamente divulgado. Quanto ao Posto Social, verificou-se a falta de plano e previsão financeira para sua execução, sem nenhuma efetividade de ação proposta, tendo apenas previsão de encaminhamentos a rede. Nesse sentido, a comissão, se posiciona em solicitar a empresa responsável (CTE - Engenharia) reformulação do PAS, frente aos apontamentos realizados. Assim, os conselheiros aprovaram o encaminhamento das conclusões da comissão à empresa, para que assim, possa ser reformulado o PAS. Como terceiro ponto de pauta: *"Recomposição de Comissões"* . Neuzira disse que todas as comissões, permanentes e temporárias, deverão ser recompostas em virtude de substituição de novos conselheiros. Assim ficando: Comissão Permanente de Análise de Pedido de Inscrição de Entidades, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social: Lucélia, Maria Rosália e Lucielena. Comissão Permanente de Benefícios Socioassistenciais: Claudia Maria, Clarice, Maria Rosália e Valdir. Comissão Permanente de Análise de Instrumentos Legais: Neuzira, Clarice e Lucielena. Comissão Permanente de Fiscalização Monitoramento e Avaliação: Cristiane, Neuzira, Lucidalva e Alda e Comissão Temporária de Análise e Acompanhamento dos Planos de Assistência Social das PCH de Unaí-MG: Alda, Lucidalva, Neuzira e Maria Rosália. Assim ficou agendada reunião para Comissão de Benefícios Eventuais para o dia quinze de fevereiro desse corrente ano às dezesseis

horas na sede da SEMDESC. Assim, passou-se para o quarto ponto de pauta: "*Realização de Audiência Pública CMAS 2012-2013*". O secretário e conselheiro de assistência social, Gilmar Lima, sugeriu ao conselho, que a audiência seja realizada na mesma época da Conferência de Assistência Social, sugerindo o mês de maio para Conferência, assim, o mandato da Diretoria atual convocaria a Conferência, tendo em vista que se findará seu mandato em quinze de junho deste ano. Assim os conselheiros presentes concordaram com a sugestão, ressaltando que ficará estipulada a data dos dias vinte e três e vinte e quatro de maio deste corrente ano, para realização da Conferência de Assistência Social, mas que a Audiência Pública será realizada no dia cinco de abril deste corrente ano. Devido o tempo escasso, os informes gerais, ficaram para próxima reunião ordinária. Nada mais a tratar, a presidente Neuzira Cardoso Otoni encerrou a reunião, agradecendo a atenção e o incentivo à Política de Assistência Social como direito num processo democrático e participativo e eu, Thaís Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes. ENCERRAMENTO: 11h00min.